



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro iniciada a primeira reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Hugo Augustin, a quem saúdo, que irá discorrer acerca da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2007, conforme o disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para sua exposição, não podendo, nesse caso, ser apertado.

Conforme ainda estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

A Mesa Diretora também está sendo composta pelo Secretário-Adjunto, Sr. Cléber Oliveira, e pelo Secretário-Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. George Soares.

Ao saudar os membros da Comissão presentes, quero estender essa saudação a todos os funcionários desta Comissão, que prestam excepcional trabalho à Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Sr. Arno Hugo Augustin, Secretário do Tesouro Nacional.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Inicialmente, quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Deputado Mendes Ribeiro Filho, e desejar a S.Exa. boa sorte na importante missão e presidir esta importante Comissão do Congresso Nacional. Saúdo igualmente os Srs. Congressistas presentes, os técnicos, os jornalistas e os funcionários que estão nos honrando com sua participação.

Essa apresentação tem por objetivo demonstrar o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias referentes ao terceiro quadrimestre de 2007.

Uma vez que já estamos no mês de abril, vou fazer alguns comentários sobre os resultados de janeiro e fevereiro de 2008, o que, creio, auxiliarão o acompanhamento pela Comissão das metas já de 2008.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em 2007, conforme vem ocorrendo nos últimos anos — e isso é muito importante em termos de melhoria da solidez fiscal do País —, conseguimos cumprir as metas previstas na LDO, conforme expresso na planilha que está sendo mostrada.

Essa planilha demonstra o cumprimento da meta, que, no ano de 2007, foi nominal, mas não em relação ao PIB. Ou seja, para o Governo Federal, a meta foi de 71,1 bilhões — aqui apresentamos em relação ao PIB apenas para efeito de compreensão —, correspondente a 2,80% do PIB.

O Poder Público federal como um todo cumpriu a meta com 71,3 bilhões de resultado primário, ou seja, 2,80% do PIB. Esse resultado é composto pelo resultado do Governo Central, de 59,4 bilhões, e pelo resultado das estatais, de 11,9 bilhões.

Como se pode perceber, uma vez que a meta é consolidada — Governo Central mais estatais —, ele foi mais forte no Governo Central e um pouco menos expressivo nas estatais.

O resultado consolidado do setor público foi de 101,6 bilhões, correspondentes a 3,98% do PIB. Portanto, o resultado é 0,18% acima da meta de 3,80% do PIB, tradicionalmente estabelecida e que o País vem felizmente cumprindo.

Essa planilha demonstra o resultado de 71,3 bilhões, discriminados a partir das receitas e despesas primárias e também do resultado das estatais. Tivemos receitas totais de 479,9 bilhões. Chamo a atenção para o fato de que, em relação ao último decreto de programação, resultado muito semelhante — 479,216 bilhões — estava no decreto, e as receitas administradas pela Receita Federal do Brasil totalizaram 417 bilhões contra 411 bilhões.

A receita líquida foi muito semelhante à do decreto — 378,029 bilhões contra 378,185 bilhões. E chamo ainda a atenção para o resultado da Previdência, resultado que considero muito importante. A Previdência, em 2007, teve um déficit de 44,882 bilhões, mas esse déficit, em relação ao PIB, foi menor do que o déficit de 2006, e a evolução que programamos para 2008 já conta com a expectativa de melhoria importante do resultado da Previdência em relação ao PIB. Trata-se de evolução muito significativa em termos de contas públicas, porque, no médio e longo prazos, a evolução positiva do resultado da Previdência tem grande relevância fiscal.

A planilha agora exibida apresenta, para efeito de visualização, os resultados dos últimos anos. Temos cumprido a meta de resultado primário felizmente — em 2006, 3,86% do PIB; em 2007, 3,98; e o resultado primário do Governo Central, de 2,33% em 2007 e de 2,20% em 2006.

São resultados positivos relevantes, que demonstram que a solidez fiscal do País continua e vem se fortalecendo.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria agora fazer alguns comentários sobre o resultado de 2008, embora não seja objeto desse relatório. Vamos apresentar o relatório quadrimestral quando tivermos o quadrimestre concluído, mas, para efeito de acompanhamento e por ele ser relevante, quero dizer que, nos primeiros 2 meses de 2008, tivemos um resultado primário do Governo Central de 20,8 bilhões contra um resultado primário do Governo Central de 14,5 bilhões nos 2 primeiros meses de 2007. As estatais tiveram um déficit de 0,9% contra um déficit de 1,8% em 2007.

Portanto, o Governo Central mais estatais evoluíram de um resultado de 12,7 bilhões para 19,9 bilhões. O resultado foi bem superior, e tem a ver com uma situação particular das receitas, principalmente no mês de janeiro deste ano.

Não temos a expectativa de que diferença tão forte nos 2 primeiros meses venha a se repetir ao longo do ano. Mas, de qualquer forma, é um resultado muito importante, porque foi alcançado como uma tributação bem menor, ou seja, tivemos nesses 2 meses, salvo uma pequena parcela ainda em janeiro de 2008, o fim da CPMF. Mesmo assim, estamos conseguindo obter expressivo resultado primário, superior ao de 2007.

Todavia, chamo muito a atenção, e penso ser importante para efeito de análise, que há uma excepcionalidade muito grande, sobretudo em relação às receitas de janeiro. A Receita Federal, quando divulgou o resultado, informou o conjunto de antecipações de arrecadação, de forma que não se projeta, com essa magnitude, igual resultado para o ano de 2008.

De qualquer forma, foi muito importante que se tenha obtido essa solidez fiscal, particularmente no momento em que o mundo atravessa forte turbulência financeira, e a solidez fiscal do Brasil se mostra capaz de, mesmo com um tributo a menos, manter um nível de superávit primário significativo.

O País tem vivido um ciclo virtuoso de crescimento econômico, com aumento de formalização, com aumento de arrecadação decorrente do crescimento econômico, com melhoria no sistema de arrecadação como um todo, de que são exemplos o Simples Nacional e um conjunto de medidas que fazem com que, embora com a mesma carga do ponto de vista nominal, isto é, aquilo que efetivamente incide sobre os contribuintes, tenhamos uma arrecadação maior. E isso é muito positivo.

Essa planilha mostra a evolução dos investimentos, ano a ano. Tivemos um crescimento dos investimentos públicos, de 2003 até 2007, de 319%. O País vem, ano a ano, aumentando o seu nível de investimento. Chamamos a atenção para isso, porque a melhoria do perfil da despesa, em nossa opinião, é um dos objetivos importantes do País. Ou seja, o País ter, por exemplo, uma Previdência menos deficitária e, em termos de percentual da despesa, ter investimento maior é desejável, e enxergamos essa evolução felizmente no País.

Essa planilha, apenas para informação, o que é importante, mostra a execução do PAC em 2007. Tivemos um empenho de 16 bilhões reais contra uma previsão de 16 bilhões e 500 milhões. Portanto, 97% da dotação foi empenhada.

Temos agora um conjunto de planilhas que mostra a evolução do resultado fiscal em relação ao PIB e o resultado nominal do País. Chamo a atenção para o fato de que o resultado nominal no ano de 2007 foi o menor déficit nominal da história do País, com resultado de 2,26%. Em 1998, por exemplo, esse resultado foi negativo — 6,97% do PIB. E nós, em 2008, nos 2 primeiros meses, temos já um resultado nominal de 2,07%, ou seja, é uma demonstração bastante significativa de melhoria do resultado nominal. Isso é muito importante, e decorre evidentemente do cumprimento das metas de resultado primário.

A dívida líquida do setor público em relação ao PIB vem caindo significativamente. Em 2003, tínhamos uma relação dívida líquida/PIB de 52,4%; em 2007, caiu para 42,8%, e a projeção para os próximos anos, tanto pelas projeções que estamos apresentando na LDO quanto pelas projeções de mercado, mostra uma tendência de queda significativa. Isso é particularmente importante no momento em que há essa turbulência internacional e que a evolução positiva da dívida líquida do setor público brasileiro em relação ao PIB vem se mantendo de forma consistente ao longo dos últimos anos. Aliás, essa projeção significa capacidade fiscal e melhoria em termos de investimento em geral no País, o que já é notada e é uma das razões do forte crescimento do Brasil nesse período.

As próximas planilhas mostram o estoque da dívida pública federal interna, que variou, no período do quadrimestre, de 1 trilhão e 200 bilhões reais para 1 trilhão e 236 bilhões, uma variação nominal de 36 bilhões. Os juros nominais desse período da dívida pública interna foram de 48 bilhões. A dívida pública federal externa nesse período teve uma diminuição de 123 bilhões para 108 bilhões — portanto, uma variação nominal de 14 bilhões a menos — e os juros nominais negativos de 6 bilhões. Fundamentalmente, esse efeito tem a ver com a variação cambial.

O total da dívida pública federal, interna e externa, teve uma variação de 1 trilhão e 323 bilhões para 1 trilhão e 340 bilhões. Variação nominal 27 e juros nominais apropriados no período 41 bilhões de reais.

Essa planilha mostra a evolução da dívida pública federal em relação a diferentes indexadores. Percebe-se um importante aumento da dívida pré-fixada, uma redução importante da dívida em SELIC e também uma redução importante



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da dívida vinculada ao câmbio. A dívida em SELIC, por exemplo, variou de 46% em 2003 para 30,7% em 2007, e a dívida em câmbio caiu de 32,4% em 2003 para 8,2% em 2007.

Com o gráfico a seguir isso fica mais fácil a visualização e a compreensão. A parte em azul e em verde vai crescendo e diminuindo a parte em vermelho e em alaranjado, que é a parte em câmbio. Hoje, o País já tem uma dívida pré-fixada e com variação vinculada a índice de preço de 60%. Isso também é muito importante, porque significa melhoria de perfil, isto é, menor volatilidade em face de variações de condições de mercado.

Esses são os principais pontos que tinha a apresentar.

Estou à disposição dos senhores para eventuais questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quero agradecer ao Sr. Secretário do Tesouro Nacional a exposição.

A palavra está à disposição dos inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Mendonça Prado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a presença do Sr. Secretário nesta audiência pública decorre do cumprimento do disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2007.

O relatório apresentado enfatiza a avaliação da meta de superávit primário, deixando de abordar o cumprimento de outras metas fixadas no anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006.

Gostaríamos que o senhor explicasse por que o relatório não abordou outras metas especificadas na LDO e, em seguida, analisasse o cumprimento de metas relativas ao resultado nominal e a dívida pública líquida do setor público. Esse o primeiro questionamento.

Sr. Presidente, eu faço todos ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agora quem dita a ordem é o nosso Secretário. Como o Sr. Secretário prefere? (*Pausa.*) O Sr. Secretário prefere que V.Exa. faça todas as perguntas.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Analisando-se a Tabela 4, Comparativo Meta *versus* Realizado do Governo Federal 2007, observa-se que o superávit primário do Governo Federal alcançou 71,3 bilhões, montante 0,3% superior à meta de superávit primário. Sabe-se que a extrapolação dessa meta deveu-se sobretudo à redução de investimentos. Por outro lado, percebe-se um continuado aumento da dívida pública federal. A dívida pública mobiliária interna aumentou em 36,45 bilhões, somente de agosto a dezembro de 2007.

Pergunto: se o cumprimento em excesso do superávit sacrifica fortemente os investimentos públicos, mas não se mostra eficiente no sentido da redução da dívida, qual seria a real motivação do Governo em dar continuidade à política fiscal centrada na meta de superávit primário?

Em seguida, tenho outro questionamento. Primeiro, uma observação. Conforme o Banco Central, o resultado nominal apresentou déficit de 56,5 bilhões no ano de 2006. Por outro lado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 estabeleceu, em seu anexo de metas fiscais, déficit nominal do Governo Central e estatais federais de 34,4 bilhões. O resultado nominal do Governo Federal apresentado em 2007 alcançou déficit de 43,4 bilhões ante a meta de 30,8 bilhões estabelecida pela LDO 2007 para o Governo Central e as estatais federais.

A pergunta é a seguinte: tendo em vista as metas não cumpridas nos últimos anos, a meta para o resultado nominal estabelecida pela LDO 2008, déficit de 30,8 bilhões, mostra-se factível?

Em caso afirmativo, como o Governo pretende atingi-la? Quais são as mudanças? Quais são os procedimentos que os senhores pretendem adotar?

Considerando que a relação dívida líquida/PIB constitui-se em fraco indicador para se avaliar a capacidade de pagamento, o melhor indicador seria a relação entre a dívida líquida e a receita corrente líquida. Tome-se o montante da dívida que efetivamente representa o compromisso assumido com os credores.

De acordo com o Anexo III do Relatório de Avaliação da Meta Fiscal do Terceiro Quadrimestre de 2007, o estoque da dívida pública federal alcançou o impressionante valor de 1,35 trilhão no terceiro quadrimestre de 2007. A maior parcela correspondente à dívida pública mobiliária interna aumentou em 36,45 bilhões, variação de 3,4%, de agosto a dezembro de 2007, chegando a 1,24 trilhão, em 31 de dezembro de 2007.

Para efeito comparativo, o aumento do estoque da dívida pública federal interna de 36,45 bilhões, mostra superior, por exemplo, ao total de investimentos para o orçamento fiscal e da seguridade social constante da proposta orçamentária para 2008 comparável com a arrecadação da CPMF, em 2007 (36,48 bilhões) e quase 3 vezes a dotação do Programa Bolsa-Família para 2008 (10,94 bilhões).



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante desse fato, como defender a atual política de metas fiscais centrada sobretudo no controle de superávit primário que coloca o País na situação crítica de dívida crescente e baixo nível de investimentos?

Esses são os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Com a palavra o Secretário do Tesouro.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Desses questionamentos, acho que são importantes as questões e permitem esclarecimento importante.

Primeiro, Deputado, a LDO não estabelece meta de resultado nominal, mas de resultado primário. Portanto, existem, sim, projeções na LDO de resultado nominal, feitas anualmente, mas elas não são metas. Por que elas não são metas? Porque o resultado nominal depende de uma série de indicadores que não são estritamente orçamentários ou dependem exclusivamente da ação governamental. Ele vai depender de variação de câmbio, de taxas de juros e de um conjunto de outros elementos que não podem ser considerados estritamente orçamentários. Ou seja, são variáveis que, ao longo do ano, vão se verificar. Por essa razão, a LDO não faz projeção, ou melhor, não faz meta de resultado nominal. Projeções é que são feitas.

De qualquer forma, mesmo o resultado nominal vem tendo uma evolução positiva, eu me referi a essa questão aqui. Tivemos, o ano passado, um resultado nominal de 2,26% do PIB e o resultado em 12 meses, nos 2 primeiros meses do ano, o ponto em fevereiro em 12 meses de cálculo, tivemos um resultado nominal de 2,07 do PIB.

Portanto, há, sim, uma redução importante do resultado nominal. Aqui temos, portanto, um sucesso do ponto de vista de que o resultado primário positivo vem ao longo do tempo diminuindo, inclusive o resultado nominal. Isso em nossa opinião é importante. Ele vem também reduzindo a relação dívida PIB, mas não é o único indicador — o Deputado disse que talvez não seja o melhor indicador — que mostra que a situação fiscal vem melhorando. A diminuição do déficit nominal é verificada e é, em nossa visão, um resultado importante.

O Deputado se referiu a cumprimento, a excesso do superávit. Não creio que se possa considerar que 71,3 contra 71,1 seja um excesso de cumprimento de superávit. Esse ano de 2007 foi um dos anos em que o resultado mais se aproximou, foi quase exatamente igual ao resultado previsto na LDO.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Houve grande redução do investimento.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Também não concordo com o Deputado quanto ao aspecto investimento. Conforme demonstrei na planilha que apresentei, tivemos, em 2007, um investimento pago de 22,1 bilhões contra 17,5, em 2006. Temos tido um crescimento forte do investimento no País, nos últimos anos. Em 2007, tivemos um forte crescimento do investimento pago inclusive; não apenas de empenho, mas de pagamento. Portanto, tivemos um resultado primário exatamente na meta, uma meta de 71,1, tivemos um primário de 71,3. Creio que isso é uma evolução positiva em termos de planejamento governamental, ou seja, nós fazemos o primário o mais próximo possível do que foi estabelecido, cumprindo evidentemente a meta, e tivemos o crescimento do investimento.

Por que foi possível manter o primário e ter um crescimento do investimento? Porque muitas despesas vêm tendo uma redução em relação ao PIB. Cito — já me referi a isso na exposição inicial, acho uma evolução importante — o resultado da Previdência. Temos tido um resultado da Previdência em relação ao PIB, ano a ano, menor. Em 2007, melhor dizendo, tivemos um resultado menor do que o de 2006, e a projeção para 2008 vai nesse sentido. Portanto, acho que as questões são importantes até porque permitem uma avaliação e um esclarecimento de questões centrais das finanças públicas.

O resultado primário de 2007 foi exatamente o da meta, prevista em valores absolutos e não em relação ao PIB, 70,1 contra 70,3. O investimento cresceu — portanto, entendemos que foi um bom ano em termos de evolução das contas públicas —, e o resultado nominal caiu. As projeções que se fazem na LDO não são metas, como eu me referi no caso do nominal. Elas são meramente projeções para efeitos demonstrativos.

De qualquer forma, tem havido uma evolução de nominal positivo.

O Deputado perguntou expressamente se a meta para 2008 de nominal de 30 bilhões é factível. Evidentemente que o Governo a entende como factível senão não teria proposto isso na LDO.

A evolução precisa do resultado nominal, que vai depender do primário e de um conjunto de outros fatores, mas a evolução dos últimos anos, sem dúvida, nos tranquiliza quanto ao fato de que o resultado nominal vem caindo e vai continuar a cair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O próximo inscrito é o Deputado Germano Bonow.

O SR. DEPUTADO GERMANO BONOW - Sr. Presidente, obrigado.

Cumprimento o Dr. Arno Augustin, ex-Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul. Se me permite, Dr. Arno, nesta minha primeira intervenção, na Comissão de Orçamento, tenho 3 ou 4 questões.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A primeira delas se refere à Taxa SELIC. Em face desse aumento em 0,5 ponto percentual, elevando a taxa de 11,5 para 11,75, a SELIC foi recebida com pessimismo, tanto pelos agentes econômicos internos quanto pelos externos, principalmente pelas agências de avaliação de riscos que se preocupam com o alto nível da dívida pública brasileira e apontam ameaças e a esperada elevação do Brasil no grau de investimento.

Peço ao senhor, se possível, fazer uma avaliação do impacto desse aumento da Taxa SELIC na dívida pública e também comentar as possíveis ameaças à elevação do Brasil ao grau de investimento.

A outra pergunta que gostaria de lhe fazer diz respeito à CPMF. O valor que temos em 2007 está em torno de 36 bilhões. Não sei se o senhor teria como, poderia ser em outra hora, mas gostaria, se puder, especificar qual o valor desses recursos foi para a área de saúde.

A outra questão é sobre a execução orçamentária do Ministério da Saúde. Ela extrapolou? Qual a situação da execução orçamentária do Ministério da Saúde?

O senhor fala também da execução do PAC em 2007, em que 97% da dotação foi empenhada, em torno de 16 bilhões. Quanto desses 16 bilhões foi para a área de saúde dentro do PAC?

Obrigado, Dr. Arno e Sr. Presidente.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Agradeço-lhe pelas questões tão relevantes.

Primeiro, o Brasil vem sendo avaliado pelas agências de *rating*, pela comunidade financeira internacional, pelos investidores, de uma forma geral. A avaliação, na nossa visão, vem sempre evoluindo para melhor.

O Brasil teve uma situação, no segundo semestre do ano passado, que reputo muito importante, e uma das principais agências de *rating* deu *upgrade* para o Brasil numa das semanas de maior turbulência internacional que o mundo, de alguma forma, já viu.

Apesar de toda aquela turbulência internacional, nós tivemos esse *upgrade* das principais agências de *rating*.

Portanto, o País vem melhorando sua avaliação em termos de agências de *rating*. Nós não projetamos data de quando as principais agências vão nos dar o grau de investimento. Achamos que devemos respeitar os prazos de avaliação delas. Mas a nossa avaliação é muito positiva: achamos que há uma tendência que vem sendo reconhecida pela vida real, pelo mercado, de melhoria de fundamentos do Brasil e que, mais dia menos dia, dentro de seus prazos de avaliação, isso será reconhecido.

A Secretaria do Tesouro Nacional não tem por hábito, e manteremos esse posicionamento, fazer comentários sobre o COPOM. Esse é um posicionamento antigo nosso, e vou manter essa posição.

Evidentemente que variações de taxa de juros influenciam em termos de evolução dos juros da dívida pública do País, assim como de todo mercado financeiro. Portanto, evidentemente, têm influência. São opções que o COPOM toma a partir da sua avaliação de um conjunto de cenários.

Se compreendi, o Deputado gostaria de ter alguns esclarecimentos relativos à execução da saúde. Quanto da CPMF vai para a Saúde é conhecido. Ou seja, nós tínhamos uma parcela importante da Saúde, a Câmara dos Deputados havia votado um projeto no sentido de aumentar, inclusive, a participação da Saúde. Penso que uma resposta mais detalhada sobre essa questão seria melhor feita pelo representante da SOF, da Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento, Dr. George, a quem gostaria de passar a palavra.

O SR. GEORGE ALBERTO AGUIAR SOARES - Deputado, quanto à representatividade da CPMF na execução da Saúde no ano passado, não tenho ela separada aqui. Mas a CPMF era destinada em um percentual para a Saúde, 0,20% dos 0,38% que existiam. Então, era por volta de 20 bilhões. Não tenho esse número exato aqui.

No caso da execução, o empenho liquidado da Saúde, no ano passado, foi de 49 bilhões, 483 milhões, dos quais 7 bilhões e 613 de pessoal e encargos sociais; 41 bilhões de despesa discricionária; 176 milhões de dívidas e 674 milhões de despesas financeiras. Esse foi o empenho liquidado da Saúde no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Faltou uma pergunta ainda, Deputado?

O SR. DEPUTADO GERMANO BONOW - A resposta sobre o percentual da área da saúde em relação ao PAC.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - O PAC?

O SR. DEPUTADO GERMANO BONOW - O senhor fez uma planilha que fala em 16 bilhões...

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - De empenho.

O SR. DEPUTADO GERMANO BONOW - ... que foi empenhado em 2007, correspondentes a 97% da dotação.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO GERMANO BONOW - E eu fiz uma pergunta: quanto disso, do PAC, na área de saúde foi empenhado?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Vou responder-lhe de memória, que sempre é um risco.

No PAC, a principal ação é feita via FUNASA. Está previsto 1 bilhão, e creio que esse valor foi empenhado.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Algumas outras ações, possivelmente, devem ter um valor um pouco acima disso. Mas a maior parte do PAC é de investimento em infra-estrutura. Então ele não é centralizado na área de saúde. Mas há investimentos do PAC também na área de saúde. Vou mandar a informação precisa. Mas a área de saúde também participa do PAC, principalmente através dos investimentos na FUNASA.

Depois, há um conjunto de outros itens que não são, orçamentariamente, saúde, mas muito importantes para a evolução do País: os investimentos em saneamento. O PAC Saneamento é bem significativo, não está vinculado, no Orçamento, ao Ministério da Saúde, mas são investimentos que, na nossa opinião, são bastante positivos.

Vou mandar-lhe, com detalhes, a informação do PAC, o que foi empenhado em 2007 na Saúde e também um conjunto de outras informações que penso são importantes, particularmente, na idéia geral do PAC. O PAC quer melhorar a infra-estrutura urbana e a infra-estrutura geral do País.

O SR. DEPUTADO GERMANO BONOW - Agradeço-lhe muito, Dr. Arno.

Se o senhor puder, inclusive, encaminhar essa informação por Unidade da Federação, agradeço-lhe.

Obrigado.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Sim.

O SR. GEORGE ALBERTO AGUIAR SOARES - Tenho aqui disponível o valor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Dr. George, por favor.

O SR. GEORGE ALBERTO AGUIAR SOARES - ... do empenho da Saúde do PAC do ano passado. Ele empenhou 952,5 milhões da FUNASA. Eu não tenho esse valor separado por Estado, mas são 952 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O.k., Deputado Germano Bonow?

Passo ao próximo inscrito, Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, V.Sa. disse que dos valores efetivamente pagos em 2007 são 22,1 bilhões e no PAC, 16 bilhões...

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - De empenho.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - ... empenhados. Desse total de empenhado, quanto foi efetivamente pago em 2007?

Segunda pergunta: como o Governo, que tem um programa de 500 bilhões de reais dentro do PAC, com recursos públicos e privados, vai atingir a sua meta se, no primeiro ano, apenas 16 bilhões foram empenhados?

Terceira pergunta, Sr. Presidente: a dívida pública mobiliária federal interna subiu, no último trimestre, 36.445 bilhões, pág. 9; a externa caiu 14 bilhões; e a dívida pública federal, de responsabilidade do Tesouro, subiu 22 bilhões. Essa diferença de 22 para 36 é de responsabilidade dos outros entes federados? Por que as duas subiram e a externa caiu?

Vou concluir porque só tenho essa oportunidade.

Secretário, onde o senhor estiver eu sempre gosto de estar presente porque aprecio muito os seus números. Gostaria que o senhor falasse...

Estamos aqui no encontro de Prefeitos do Brasil e encaminhamos, inclusive, ofício a V.Sa. e ao Secretário da Receita pedindo o compartilhamento daqueles recursos arrecadados do IPI, por interveniência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de 1 bilhão, 556 milhões, em que fiz um apelo que se classificasse e se pagasse logo os outros entes federados, Estados e Municípios.

Até agora não tivemos resposta, na Comissão de Finanças e Tributação, para nossa indagação.

O senhor já tem algum posicionamento? O valor é aquele mesmo? Quando vai pagar aos municípios que, pela minha projeção, vai dar em torno de 350 a 400 milhões e uns 320 a 350 milhões para os Estados?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Obrigado, Deputado. São questões também importantes que eu vou tentar esclarecer.

Primeiro, o PAC de 2007, houve um empenho de 16 bilhões e um pagamento, já no ano de 2007, de 7 bilhões e 340 milhões. Esse pagamento...

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Mas esses 7 bilhões estão nos 22 bilhões.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Sim, estão nos 22. Essa evolução para o primeiro ano do PAC, na nossa opinião, é muito positiva, porque, como é sabido, o investimento passa primeiro por um processo de fazer o projeto, fazer a licitação, iniciar a obra e só depois ela é paga. Ela é paga ao longo do tempo, não é como despesa corrente que tem uma relação de tempo mais curta entre a despesa e o pagamento. No caso do investimento, essa evolução com o pagamento, já de 7 bilhões em 2007, na nossa opinião, é muito positiva, e nos dá muita tranquilidade dizer que, sim, os planos do PAC estão sendo e serão cumpridos ao longo da sua programação.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A relação que o Deputado fez foi com o total do PAC. Esses números são exclusivamente do Governo Central. Há investimentos feitos através das empresas estatais, através de Estados e Municípios e através do setor privado. Então, isso está andando positivamente, e temos muita tranquilidade em dizer que aquilo que compete ao Governo Central e também às demais esferas e à própria iniciativa privada, na nossa visão, está caminhando conforme a programação e vai ser atingido o que se programou em termos de PAC.

A relação que o Deputado fez entre o investimento do Governo Central e o total do PAC tem de ser relativizada na medida em que, desde o início, o Governo Central é parte do PAC. Há outros investimentos mais pesados, principalmente das empresas estatais e também do próprio setor privado em financiamentos viabilizados através do PAC para Estados e Municípios. Enfim, há um conjunto de ações do PAC e é isso que completa o número maior de 500 bilhões, mas está dentro da programação, e os balanços do PAC têm demonstrado isso.

A segunda questão é sobre a dívida e essas 3 planilhas. A primeira planilha é relativa à dívida interna, que teve uma variação nominal de 36 bilhões. A segunda planilha é referente à dívida externa, que teve uma redução de 14 bilhões. A soma das duas dá os 22 bilhões. A soma da dívida interna com a dívida externa dá a dívida total de responsabilidade do Tesouro. A soma dessas 2 planilhas é a terceira planilha.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Mas uma é negativa e a outra é positiva.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Exatamente por isso: 36 bilhões menos 14 bilhões dá os 22 bilhões.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Dá os 36 bilhões?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Trinta e seis bilhões positivos; 14 negativos; dívida total, 22 bilhões.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Então, um é diminuído do outro. Ou não?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Exatamente.

Por último, a questão da classificação e o repasse aos Estados e Municípios. Temos feito um esforço, dentro da Secretaria do Tesouro Nacional, para, assim que a Receita é classificada, fazer o pagamento para os Estados e Municípios, inclusive, com as correções devidas. Nesse caso específico que o Deputado levantou, já havia sido encaminhado à Comissão de Finanças, à Secretaria do Tesouro e à Secretaria da Receita. Ainda não tivemos o posicionamento final da Receita e da Procuradoria, mas garanto-lhe que continuamos atentos para que, no menor prazo possível, essa questão seja definida em termos de classificação para que a Secretaria do Tesouro Nacional possa fazer o repasse. Não temos ainda o posicionamento de classificação da Receita, mas, assim que tivermos, encaminharemos ao Deputado e ao Congresso, e o faremos com correção, conforme é feito usualmente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Eu queria só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Secretário, não sei porque essa classificação demora, porque, pela informação que temos — toda a imprensa brasileira publicou no ano passado...

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Deixe-me explicar. É em função...

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Essa classificação é IPI. Inclusive, tiraram das contas da Companhia Siderúrgica Nacional 1 bilhão de reais. Está lá dito que é IPI.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Se é IPI, não tem o que classificar. Colocaram na Receita como outras receitas. Exatamente para....

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Deputado, provavelmente, a não-classificação ainda pela Receita tem a ver com o fato de ser talvez depósito judicial. Mas a Receita está concluindo isso e, em pouco tempo, vamos informar ao Congresso e também fazer o repasse devido. É uma questão principalmente de ordem jurídica decorrente talvez do perfil, do tipo de receita que ocorreu. Há uma análise que a Receita está concluindo, exatamente se ela pode já classificar ou não, mas espero que isso seja resolvido em poucos dias.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Última indagação: qual é o percentual do PPI dentro do PAC?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - O PAC de 2007 foi de 16 bilhões e o PPI é 11 bilhões desses 16 bilhões.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Dezesesseis bilhões e 11 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Satisfeito, Deputado?

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Bom, eu quero ver quem vai pagar.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Mas o Deputado sabe que temos nos esforçado no sentido de diminuir esses prazos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Certamente, o Secretário fará sua parte.

Temos ainda inscritos os Deputados José Guimarães, Dilceu Sperafico, Max Rosenmann, Miguel Martini, Marcos Montes e Cláudio Diaz.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Zarattini, PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Procurarei ser rápido.

Cumprimento o Secretário do Tesouro, Sr. Arno Augustin, o Sr. Cleber Oliveira e o Sr. George Soares.

Gostaria de fazer uma pergunta relacionada ao futuro. Ontem, tivemos elevação da Taxa SELIC em meio ponto.

Mais uma vez, uma política conservadora, no meu modo de ver, do Banco Central, tem uma avaliação da inflação como de demanda.

Pergunto ao senhor qual o impacto que essa elevação da Taxa SELIC terá sobre a nossa dívida interna a partir daquela estratificação que o senhor apresentou aqui. Ou seja, quanto ela vai elevar e se isso vai impactar na necessidade de um superávit maior, para que possamos manter essa redução na relação dívida/PIB?

Segunda questão: qual é a expectativa de patamar de taxa de câmbio que teremos também com essa elevação da Taxa SELIC?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Vou começar pela questão do resultado primário. O resultado primário é uma previsão da LDO. Ele é definido, a partir de uma proposta do Executivo, pelo Congresso Nacional e ele já foi definido para o ano de 2008. Não há nenhuma discussão no sentido de alterar o primário, ou seja, o primário também para 2009. Acabou de chegar aqui a proposta do Governo também de manutenção do primário em 3,8. Portanto, independente de variáveis outras do País, a proposta de primário para 2008 está fixada na LDO e não há nenhuma intenção de alterá-la, assim como está proposta já para 2009 no mesmo patamar de 3,8% do PIB. Desses, 2,2% sendo do Governo Central.

Com relação ao impacto de variações de juros sobre a dívida, não produzimos uma estatística relacionando os eventos, por uma razão muito singela: as variações do conjunto da nossa dívida pública decorrem de uma série de injunções de mercado, na qual evidentemente a SELIC é um elemento fundamental e importante, mas não é uma conta sobre o total da dívida que possa ser produzida uma estatística do Tesouro: esse evento causou tal efeito em termos de dívida pública, em termos de aumento. Uma vez que não há uma estatística desse tipo, não fazemos outras projeções. Há um impacto direto, esse, sim, calculado, que é aquela parcela da dívida que está em SELIC. Ai, um impacto direto de meio ponto, algo em torno de 2,9 bilhões em 12 meses. Um impacto direto da parcela que é SELIC.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Na parcela da dívida vinculada à Taxa SELIC seria de 2,9 bilhões num período de 1 ano?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Isso, em 12 meses, supondo 12 meses de... Mas isso é uma mera conta. Qualquer um pode fazer a conta. É só pegar a parcela de SELIC e fazer a conta.

Chamo a atenção para o fato de que a parcela da dívida em SELIC diminuiu bastante. Portanto, hoje, um impacto de SELIC é menor do que em outros momentos da história do País. Agora, a evolução do conjunto da dívida, do impacto ... (Pausa.) O percentual que há hoje está aqui na planilha, Deputado, só para não dar número de memória. Nós temos vinculado à SELIC, em fevereiro, 31,8. Então, é uma conta que qualquer um pode fazer. Pega esse número e multiplica por 0,5%, dá algo em torno de 2,9%. Mas o impacto efetivo depende do conjunto de variáveis. Nós temos dívida vinculada a câmbio, temos dívida vinculada a índice de preço, temos dívida prefixada, que não tem impacto sobre os estoques já existentes, mas apenas sobre novos lançamentos. O próprio mercado vai fazer a sua análise, exatamente, qual o efeito de juros. O efeito de longo prazo, na curva, nem sempre é igual a de curto prazo. Um conjunto de variáveis sobre as quais não fazemos projeção nem há uma estatística nesses termos.

O que eu gostaria de referir e também em relação à questão do câmbio é a convicção de que o conjunto dos indicadores da economia brasileira do último período mostra que o Brasil está numa rota de crescimento muito importante. Tivemos um resultado do PIB, no ano passado, bastante expressivo: 5,4. Nós tivemos, no ano passado, um aumento da formação bruta de capital de 13%. O Brasil, há 4 anos, vem tendo uma evolução na formação bruta de capital, o dobro do PIB. Isso significa que a nossa capacidade instalada em termos de evolução de crescimento do futuro vem aumentando, razão pela qual o NUCI, que é o indicador de capacidade instalada e evolução, vem reagindo, na nossa opinião, de forma muito positiva. E mesmo com uma projeção, por exemplo, de crescimento da indústria de 6%, ele terminará o ano em valores menores do que no início. Ou seja, nós temos evoluído muito em termos de capacidade instalada.

Todos esses elementos nos dão a convicção de que o processo de crescimento do Brasil vai continuar, com toda a tranquilidade de que nós vamos ter, ao longo do ano de 2008, um comportamento da economia muito semelhante ao de 2007, em que nós tivemos crescimento forte, formação bruta de capital forte e contas fiscais muito positivas.

Portanto, estamos vendo o cenário econômico de forma muito tranqüila. Um momento de turbulência internacional forte, mas o Brasil vem reagindo de forma positiva.

O efeito sobre o câmbio também depende de muitas variáveis. Ou seja, é um efeito em que há um conjunto de políticas que o Governo vem adotando, inclusive, no sentido de melhorar a competitividade da nossa economia. Elas vêm



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tendo resultado. Nós fizemos, por exemplo, recentemente, uma desoneração do IOF da exportação no sentido de melhorar a nossa competitividade.

Há um conjunto de fatores que nos dão um otimismo bastante grande e continuamos, portanto, com uma avaliação muito positiva do crescimento da economia brasileira ao longo de 2008, assim como ocorreu em 2007.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Peço ao Secretário que fale um pouco mais alto, um pouco mais claro, porque é difícil para nós ouvirmos aqui atrás. O senhor fala baixinho.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Pois não. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O Deputado Carlos Zarattini já encerrou? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou para além dos números. Sei que o Secretário do Tesouro Nacional está, corretamente, muito preocupado com os números da economia. É importante dizer de início que são perceptíveis as taxas de investimento divulgadas pelo Tesouro Nacional. Não há como questionar o crescimento que tivemos nos últimos anos nessa questão que era central para o País.

Pelos dados que V.Sa. apresentou aqui, de 2003 a 2007 os investimentos públicos tiveram uma rota bastante razoável se considerarmos o processo ainda incipiente de crescimento da economia brasileira.

A minha pergunta a V.Sa. é a seguinte: qual a importância do PAC — Programa de Aceleração do Crescimento nessas taxas de crescimento?

É claro que sei que os investimentos do PAC da ordem de 503 bilhões estão previstos para acontecer em 4 anos.

Meu caro colega nordestino Júlio Cesar não está aqui, mas é importante dizer que o PAC não tem recursos apenas do Orçamento Geral da União, há também recursos do setor privado. Dou como exemplo a mudança que ocorreu numa obra tocada por uma parceria público-privada no Nordeste. A Transnordestina, financiada pelo setor privado, está tendo uma velocidade muito razoável por conta do tipo de gestão que o Governo Federal adotou.

Então, pergunto a V.Sa., em primeiro lugar, se estrategicamente o PAC está influenciando as altas taxas de crescimento que o País vem tendo ultimamente.

Em segundo lugar, Secretário, no final do ano, tivemos 2 fatos que, de certa forma, provocaram um ambiente de muita preocupação. Primeiro, por conta da rejeição pelo Senado Federal da CPMF, sinalizou-se que poderia haver um desequilíbrio das contas públicas. Segundo, houve o temor de que a crise imobiliária americana afetaria o Brasil.

Na sua opinião, quais razões levaram o País a atravessar essa fase aparentemente conturbada que agora parece esquecida por todos? Ninguém fala mais do assunto, a crise americana está se estabilizando, o Brasil cresceu muito bem no segundo semestre do ano passado e os indicadores mostram que no primeiro trimestre deste ano também haverá um crescimento. Peço a V.Sa. que discorra também um pouco sobre essa questão.

Terceiro, Secretário, ainda que de forma nominal a dívida pública federal de fato tenha diminuído proporcionalmente ao PIB, é importante que esta Comissão tenha acesso aos dados da composição dessa dívida no que diz respeito aos entes federados: União, Estados e Municípios. Sempre que surge essa discussão parece que apenas a União deve. Mas eu sei, por exemplo, que o meu Estado também faz parte da composição dessa dívida.

Se V.Sa. não tiver esses dados aqui, peço que os forneça a esta Comissão, porque acho importante haver uma separação não apenas entre a dívida dos setores público e privado, mas também entre a dos entes federados. Isso é imprescindível para identificarmos as responsabilidades de cada ente federado com relação aos limites.

O Deputado Zarattini está lembrando bem que os Estados têm um limite de endividamento. Qual Estado está no limite?

É muito importante termos esses dados.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Obrigado, Deputado.

Na minha visão, o PAC é uma das iniciativas mais importantes do Governo e do País no último período. Ele tem uma característica fundamental: permite que a infra-estrutura pública ande em linha com o crescimento. O Brasil, durante um período muito grande, teve momentos de maior crescimento seguidos por momentos de redução de crescimento ou até de evolução de recessão. Isso sempre foi causado pela recessão externa — uma coisa em que nós, felizmente, hoje avançamos muito, pois temos reservas muito significativas — ou por problemas de infra-estrutura. Ou seja, a economia começa a andar. Mas também começam a aparecer gargalos e isso significa necessidade de parar o crescimento. O PAC, porém, garante que a infra-estrutura pública ande em linha com o crescimento da economia. Por isso há uma projeção de crescimento de algo em torno de 5% a cada ano. Nós, ano passado, já a atingimos. É importante dizer que, quando do lançamento do PAC, muitos duvidavam de que o Brasil cresceria nesse patamar no ano passado — e ele cresceu. Então, na minha visão, o PAC trabalha uma evolução importante na infra-estrutura pública, e isso dá a garantia do crescimento.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É muito importante no desenvolvimento econômico o papel das expectativas, ou seja, de você verificar como aquela economia evoluirá ao longo do tempo, e o PAC dá uma garantia muito importante de continuidade do crescimento. Segundo, ele tem um papel por si só indutor de crescimento. Ou seja, a atividade das obras públicas, por si só, significa algo importante em termos de crescimento, de forma que entendemos que aqui há uma correlação muito estreita entre o PAC e o que vem sendo conseguido em termos de crescimento econômico.

O Deputado se referiu à crise que tivemos no mundo e à forma de evolução da dívida pública. Nós entendemos que a existência de uma crise internacional vem sendo uma oportunidade para o Brasil de mostrar, na prática, que os seus fundamentos melhoraram significativamente. Ou seja, a crise internacional não impediu a continuidade do crescimento no Brasil. Ela pôs à prova os nossos fundamentos, e nós estamos passando no teste.

Então, vejo de forma muito positiva a evolução, e acho que a forma como o Brasil se preparou — e está em condições — vai permitir que continuemos a ter um crescimento forte, apesar das dificuldades no mundo.

Por último, a questão da dívida de Estados e Municípios. Temos e mandaremos em detalhe para a Comissão a discriminação da evolução da dívida pública — União, estatais e Estados e Municípios como um todo. Quando informamos que a dívida pública do País em relação ao PIB está diminuindo, nós, de fato, temos que acrescentar que isso não é apenas a dívida do Governo central. Temos tido uma evolução muito positiva dos Estados e Municípios no último período. E temos enxergado isso de forma bastante clara. Isso é um elemento também, na nossa opinião, de melhoria do conjunto do País. Ou seja, o fato de que a redução da dívida se dê nas 3 esferas, com uma melhoria também nas estatais, na nossa opinião é positivo. E, quanto à evolução dos Estados e Municípios, de forma geral, é claro, há diferenças entre as unidades federadas, mas, no agregado, ela tem evoluído muito positivamente. Tem havido redução significativa do endividamento dessas esferas. Mas vou mandar tudo detalhadamente. Há um relatório específico que mostra isso. Não sei se já não veio nesse formato de apresentação, mas eu o mandarei especificamente, porque acho que é importante para o País. É uma notícia boa, também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Sr. Secretário a participação.

Deputado José Guimarães, há 5 inscritos. Peço que as perguntas e as respostas sejam breves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Tentarei colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Com a palavra o Deputado Dilceu Sperafico.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Sr. Secretário, o relatório de avaliação do cumprimento das metas de superávit primário apresentado por V.Sa. enfatiza sucessivos decretos editados para o contingenciamento de despesas visando à sustentação dessa meta. Como se sabe, os contingenciamentos resultam em cortes de despesas, sobretudo de investimentos. Dessa forma, conseguiu-se ultrapassar em 247 milhões de reais a meta estabelecida para o exercício de 2007. O que eu gostaria de saber da sua opinião é se o senhor acha que um sacrifício em montante superior ao determinado pela LDO não constitui um exagero, porquanto, além de ser frustrante diante dos anseios da sociedade, que demanda por investimentos, compromete o crescimento econômico, compromete a geração de empregos e proporciona um aumento de tributação futura.

Então, é isso que eu gostaria de saber.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Deputado, nós... Vou referir novamente, porque é a informação que temos de prestar aqui. Nós cumprimos o resultado primário em 71,3 contra uma meta de 71,1. Provavelmente, esse foi o ano em que o resultado mais se aproximou da meta. Eu não fiz as estatísticas, mas acho até que vou fazê-las. Nós tivemos um primário quase que exatamente conforme a meta. Então, a diferença é muito pequena. E nós, particularmente, achamos que, portanto, fizemos bem o serviço de cumprir aquilo que o Congresso Nacional e o Executivo definiram através da LDO.

Segundo, não houve contingenciamento na área de investimentos. O PAC, por exemplo — e o PPI foi construído exatamente para isso — é automaticamente liberado. Tanto é que todo o PAC foi empenhado. Portanto, os contingenciamentos que ocorreram em 2007 e que eventualmente ocorram em 2008 são contingenciamentos particularmente de despesas de custeio de um conjunto de outras despesas. O investimento vem crescendo e nós acreditamos que esse crescimento é positivo; e é uma meta nossa melhorar o perfil da despesa com maior investimento e menor despesa de custeio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Satisfeito, Deputado?

O próximo inscrito é o Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Minha saudação ao Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Aliás, a quem devo cumprimentar pelo excelente pronunciamento que pude acompanhar, na Câmara dos Deputados, sobre as reservas brasileiras.

V.Exa. tem a palavra.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Eu agradeço porque, ao longo do tempo, acompanho a sua carreira, como a do seu pai anteriormente, e isso identifica — eu estava falando aqui com o Claudio Diaz — a importância de termos pessoas assim de alto espírito público como V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Eu quero, neste momento, agradecer esta oportunidade de iniciarmos praticamente o trabalho do Orçamento, ouvindo aqui o Secretário do Tesouro, para nós termos uma idéia exatamente pragmática em cima do assunto, para nós não ficarmos divagando. E agradeço muito a presença do Dr. Arno aqui diante de nós.

Distribuição de renda, Dr. Arno, Secretário do Tesouro, ela é infra-estrutura; distribuição de renda é justamente atender o povo. Muita gente confunde distribuição de renda com aumento de salário. Distribuição de renda é você viver num país onde você bebe água limpa, onde você tem saúde pública, onde você tem estradas com segurança, onde você tem colégios com qualidade. E esse PAC, que é um plano de governo, tem tudo para dar certo. E eu desejo que o Governo... Não me considero necessariamente da base do Governo, mas me considero a favor do Brasil e acho que as coisas realmente caminham para dar certo nesse programa do PAC e em outras medidas corretas que o Governo vem tomando. Então eu quero colaborar para que dê certo. E dou os parabéns para que o PAC dê certo — tomara!

Agora, existe um assunto, que é esse assunto que foi falado agora pelo Presidente Mendes Ribeiro Filho, a respeito de um pronunciamento que fiz e que eu deixei uma cópia a S.Exa. e ao seus assessores também, porque é um assunto que tem que ser lido. Nele faço um questionamento a respeito de nossas reservas.

Há 15 anos, o povo brasileiro tinha um complexo de inferioridade e de perseguição muito desagradável. Todos diziam: “Pois é, somos escravos da dívida externa, e essa dívida é impagável. Todos esses caminhões de soja que vão para os portos são para pagar a dívida externa, tudo o que exportamos. Somos um País escravo da dívida externa”.

Na nossa santa ignorância, chegávamos a dividir 100 bilhões de dólares por 100 milhões de habitantes e à conclusão de que cada um tinha uma dívida externa de 1.000 dólares. Era uma coisa incrível nossa inocência há 15 anos! Graças a Deus, a evolução, o crescimento, até mesmo a globalização da economia, que muita gente não entende até hoje, criaram freguesia nova, consumo, integração mundial de consumismo. O Brasil está se aproveitando disso e conseguindo exportar melhor seus produtos, com valorização e outras coisas mais. Se havia alguém na Ásia comendo inseto, hoje está comendo frango da Sadia. Isso tudo ajuda o Brasil a exportar mais e ganhar mais dinheiro.

Invertemos a situação. O Governo não cumpriu bem aquilo que tinha prometido: a auditoria da dívida externa. Também não fez o que os argentinos fizeram e me deixaram com inveja. Os argentinos pagaram a dívida externa com 25%, aproximadamente. Pagamos 100% até agora, e fomos corretos. Não quero dizer que os argentinos foram incorretos, mas quem tinha papel da dívida externa brasileira sabia que ele, naquele momento, valia 25%. Mercado é mercado: vale o que vale no dia.

Agora, temos a dívida externa muito bem controlada, bem administrada. Há, aproximadamente, 200 bilhões de dólares em caixa. Estamos andando na rua como se fôssemos uma pessoa que ganhou 30 milhões na Mega-Sena e não sabe o que fazer com o dinheiro. A Caixa Econômica tem que emprestar um gerente para andar junto, a fim de ela não fazer bobagem. Não temos um plano para ocupação desses 200 bilhões de dólares, que é muito dinheiro.

Vejam bem, 200 bilhões de dólares, diante de um mundo em que os economistas modernos e antigos... E as teorias econômicas são de grande dúvida. O que é uma reserva? Até quanto se precisa de reserva? Numa dívida privada, se eu quiser fazer uma reserva de vida e achar que 50.000 reais é o suficiente ou é pouco, posso ainda fazer um seguro de vida. Mas o Governo não pode fazer um seguro de vida do Brasil. Não existe seguro de país. Então, há necessidade de se ter reservas. Concordo em que as reservas são fato concreto e que têm de existir. Quanto é a reserva ideal? Deveríamos fazer essa discussão. Escutarei com muita atenção seu posicionamento, não definitivo. No material que lhe entreguei, convoco, para o final do mês, dia 29, na Liderança do Governo — porque aqui somos públicos, e tudo o que fazemos não pode ser segredo nesta Casa; e por isso somos tão criticados, porque o povo inteiro vê o Congresso Nacional funcionar —, reunião com Antonio Palocci, Ciro Gomes, Ricardo Berzoini, Virgílio, pessoas de todas as linhas de pensamento. Até seria interessante que o Tesouro mandasse alguém, porque aqui é público e queremos colaboração; ninguém é dono da idéia. Queremos que o Brasil dê certo; ninguém aqui está a fim de dizer “sou ator disso ou daquilo”.

Fizemos um questionamento, ou até mesmo um pedido de informações, um projeto de lei, em que faço algumas perguntas: em quais instituições estão depositadas nossas reservas cambiais? Qual o valor depositado por instituição? Qual o rendimento auferido? Todos nós aqui ouvimos uma conversa de corredor de que o Brasil tem 200 bilhões de dólares aplicados a um juro baixo e deve ainda 100 bilhões a juro alto. Então, temos a impressão de que alguma coisa está errada. Pode ser que seja um erro de todos nós, por falta de conhecimento. Nós queremos ter conhecimento.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se, porventura, chegarmos à conclusão, Sr. Secretário, de que 200 bilhões é muito e que poderíamos usar, quem sabe, uns 30 ou 40 bilhões, poderíamos fazer um PAC de bilhões de dólares para fazer alguns investimentos que não inflacionassem aqui dentro e que fossem, por exemplo, para a compra de uma usina nuclear ou de navios que fizessem dragagem, ou para canalização do gás, para poder trazer o gás das minas já descobertas, para fazer com que o Brasil salte mais rapidamente, mas sem causar inflação. Nós não estamos pensando num internamento desse dinheiro e em fazer disso novas letras.

Este é um assunto importante e eu gostaria de fazer esta pergunta, eu gostaria de saber qual é a reserva ideal, e sobre se estamos pensando em alguma solução a respeito desse posicionamento. Parece que, pelo crescimento dos preços internacionais — peço a atenção principalmente da turma do fundo... Por exemplo, quando Chávez assumiu a Venezuela, era 16 dólares o barril; hoje está a mais de 100 dólares. Será que ele é que era inteligente ou o preço do petróleo é que subiu?

É isto o que quero saber: onde nós entramos nessa história toda?

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, pela ordem. Eu pediria licença a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Eu iria me inscrever, mas se eu pudesse só fazer uma pergunta em cima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Evidente. Acho que o Secretário não vai se incomodar.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Porque, com a resposta que o Secretário vai dar ao Deputado Max Rosenmann, ele já responderia a este meu questionamento. E não levo mais do que 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não. Então use-os, porque o senhor já gastou 1 minuto.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Quando o Deputado Max Rosenmann faz esse questionamento sobre qual valor seria ideal com relação às reservas, eu acho que a conta que deve ser feita, Secretário — e realmente há um ponto de interrogação — é no seguinte sentido. A dívida pública brasileira hoje passa de 1 trilhão de reais, e nós pagamos juros baseados na taxa SELIC, que hoje está chegando a cerca de 12%. Esses recursos das reservas cambiais são aplicados no mercado internacional a juros de 3%, se não me engano. Só esse diferencial de juros faz com que o Brasil perca por ano 18 bilhões de reais. Esse dinheiro é exatamente o dobro do que o Governo gasta com o Bolsa-Família. É um verdadeiro absurdo um país pobre, como o nosso País, que tem desigualdades sociais imensas, estar perdendo 18 bilhões.

Essa justificativa de termos uma reserva cambial serve muito mais para discurso do Presidente da República, quando diz que já pagou a dívida externa. Mas, em contrapartida, nós estamos perdendo de 18 a 20 bilhões de reais por ano em função de estarmos com essa reserva cambial tão elevada. São 18 bilhões de dólares, não de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Secretário, por favor.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - O Brasil, várias vezes, teve seu crescimento impedido em função da chamada recessão externa. O Brasil começava a crescer, e isso tinha como consequência uma piora do ponto de vista da sua balança, e o efeito, em função de reservas não suficientes, implicava uma redução de crescimento.

Hoje, o Brasil está numa situação diferente de outros momentos da sua história, e diferente positivamente. O Brasil é credor líquido. Ele tem reservas maiores do que o total da dívida pública e o total da dívida privada externa. Então, isso, em primeiro lugar, é uma boa notícia, é uma coisa positiva, pois permite a continuidade do crescimento econômico e dá uma tranquilidade muito grande.

Em segundo lugar, a evolução do nosso processo de endividamento é muito positivo também em termos de perfil. Hoje nós temos um total de dívida vinculada a câmbio de 7,7% do total da nossa dívida. Esse valor, em 2003, era de 32% do total da dívida, do seu perfil. A dívida externa vem diminuindo significativamente, e isso é positivo. Ou seja, nós temos uma evolução de perfil da dívida que faz com que a nossa capacidade de fazer comércio exterior, a nossa capacidade de crescer e de se relacionar com o mundo, que antes tinha restrição, hoje não tenha mais. E isso é positivo.

O Deputado Max Rosenmann faz uma série de questionamentos que decorrem dessa nova situação. Ou seja, o País venceu no sentido de ter hoje uma situação de quase inexistência de recessão externa, e que agora tem de reavaliar qual o melhor caminho que deve tomar. Muitos países já constituíram fundos soberanos. O próprio Governo brasileiro já tem estudos e está avaliando essa matéria. É uma discussão pertinente e decorre do que conseguimos avançar positivamente. Essa é uma discussão. O Congresso, evidentemente, é um local importante para fazê-la. O próprio Governo está fazendo-a. É uma situação, em primeiro lugar — eu só queria deixar isto claro —, na minha avaliação, positiva. Ou seja, hoje o Brasil pode avaliar alternativas. Em outros momentos, ele não tinha essa condição.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Especificamente, as perguntas objetivas aqui deverão ser respondidas pelo Banco Central, que é quem gerencia as reservas. Evidentemente, serão respondidas...

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Claro, e eu nem pedi a resposta.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Agora, veja bem, a pergunta é a seguinte. Se é positiva? É positiva. Mas não foi essa a minha pergunta. O que eu queria é que todos nós começássemos a pensar sobre esse limite. De repente, podemos ter mais do que o limite, ou menos do que o limite — não sei.

Eu gostaria até de abrir, se for o caso, essa reunião do dia 29, até com a participação de alguém de vocês também. Porque aqui não tem... Nós queremos ver se o Brasil dá certo.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Só não queremos ficar com excesso de reserva e ficar olhando. Antes, nós éramos devedores; agora, nós somos credores. E daí? Como é que se faz? Vamos fazer agora os americanos se curvarem, não mais nós — certo?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Rosenmann) - Então era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O próximo orador é o Deputado Miguel Martini, do PHS de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Eu estou invertendo com o Deputado Marcos Montes, porque ele tem mais pressa. Ele está logo depois de mim. Eu só inverte com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Rosenmann) - Então o Deputado Marcos Montes, do Democratas de Minas Gerais, vai usar da palavra.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Muito obrigado, Presidente, Deputado Max.

Prazer, Sr. Secretário. Eu vou também ser bastante rápido, porque as perguntas são muitas.

Nós estamos falando muito em âmbito internacional de reservas, mas aqui na Casa hoje nós estamos debruçados sobre a reforma tributária, algo que nos tem preocupado muito, porque estamos vendo 2 vertentes: a vertente da diminuição da carga tributária, evidentemente, e a da simplificação do sistema. Esses são os 2 pontos importantes que nós estamos buscando com essa reforma tributária.

Mas eu queria sair um pouco da parte técnica, da qual o senhor é um especialista, e também ter um viés de uma opinião de uma pessoa também bastante envolvida na parte política da situação brasileira e saber qual é realmente a sua opinião. Nós estamos discutindo essa peça da reforma tributária e sabemos que o superávit, que o senhor citou há pouco, respondendo à pergunta — o que também está aqui nas nossas planilhas —, teve um aumento de 8,1%, entre a meta e o que foi alcançado. Temos também um aumento de mais de 11% na arrecadação do Imposto de Renda, principalmente da pessoa física, além da meta.

Eu queria, com a sua larga experiência... Nós sabemos que esse aumento, esse percentual acima da meta, sem dúvida nenhuma, ocorre a partir da elevada carga tributária que o País tem, que se aproxima dos 37% e que vem massacrando principalmente a classe média brasileira, que já não suporta mais uma carga tributária tão alta. E nós temos esses aumentos dentro do superávit, do Imposto de Renda, um percentual mesmo, o senhor disse, quase próximo do que nós estabelecemos aqui nesta Casa, mas num patamar acima do estabelecido. Repito: a partir do aumento maciço da carga tributária, eu me pergunto se não seria importante nós reavaliarmos essa situação em relação à carga tributária altíssima que nós temos e diminuirmos um pouco esses excessos de arrecadação que o País tem tido.

Essa é a minha pergunta. Ela tem, evidentemente, muito mais um viés de atuação política do Governo do que de números estritamente secos da área técnica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Max Rosenmann) - Srs. Parlamentares, temos aqui o Deputado Miguel, que não sei se ainda vai fazer uso da palavra. Vai fazer uso da palavra?

Tem então a palavra o Deputado Miguel Martini, do PHS de Minas Gerais. O próximo é Claudio Diaz, do PSDB do Rio Grande do Sul. Eventualmente, há mais alguém que queira se inscrever? Eu queria liquidar essa lista de inscritos, porque nós queremos convocar uma extraordinária para vermos se há tempo de votarmos hoje ainda aqui uma medida provisória de créditos. O Nordeste está se acabando e precisando disso.

A palavra está com o Deputado Martini.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Rapidamente, Deputado, compreendendo a questão do tempo, o Brasil vem melhorando o perfil da arrecadação tributária. Isso é muito importante. Ou seja, em 2008, nós estamos arrecadando significativamente, mesmo sem a CPMF. Isso significa o quê? Que há uma melhoria da eficiência da arrecadação.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu sempre dou como exemplo o resultado da Previdência. Lá não houve nenhuma mudança de alíquota, assim como não houve nenhuma mudança de alíquota recente no conjunto da arrecadação, e está aumentando a arrecadação. Ou seja, o crescimento econômico, a maior formalização, tudo isso está construindo um ciclo virtuoso, o que é positivo.

A reforma tributária propõe melhorar a eficiência da arrecadação, antes de mais nada, e fazer com que a guerra fiscal, que hoje ocorre entre Estados, termine. Ela vai unificar vários tributos federais e, portanto, diminuir custos indiretos que a economia tem com o sistema, devido à complexidade do sistema tributário. Ela vai melhorar muito a distribuição regional. Ela tem vários... voltados principalmente para uma melhoria ainda maior da eficiência, ou seja, um ciclo virtuoso de crescimento e de melhoria de competitividade da economia brasileira.

A carga, estritamente, é uma definição que o próprio Congresso toma ao definir o Orçamento e que precisa ser discutida ponto a ponto. Nós não estamos fazendo e não vamos fazer superávit primário diferente daquele previsto na LDO. Os 2 primeiros meses do ano, como ocorre sempre no início de ano, tende a ter um resultado primário um pouco maior e depois, ao longo do ano, isso vai se adequando. Essa é a projeção para o ano de 2008. Então, nós não estamos trabalhando com superávit maior. Nós tivemos, ano passado, um superávit quase exatamente o da meta, e assim vamos continuar a proceder.

Acho que há evoluções importantes, e acho que a discussão da carga, por estar sendo feita na reforma, inclusive onde há alguns mecanismos de trava para a carga tributária prevista na própria reforma tributária...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pois não, Secretário. O senhor não acha que a verdadeira eficiência da arrecadação não pode abrir janelas para a diminuição da carga tributária? Minha pergunta não é sobre manter a carga tributária com a eficiência da arrecadação aumentando a arrecadação; é muito mais sobre a eficiência da arrecadação, abrindo janelas para nós diminuirmos a carga tributária, desonerando, em muito, a sociedade.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Veja, isso já vem ocorrendo. Pode esse ou aquele entender que a velocidade é maior ou menor, mas já houve, e vai continuar havendo, desonerações importantes. Eu referi há pouco: recentemente, nós tiramos o IOF da exportação. Ao longo do ano passado, houve várias desonerações de cadeias importantes. O próprio fim da CPMF é uma desoneração. Então, há um processo nesse sentido.

Carga é a relação daquilo que é arrecadado contra o PIB.

O que entendo ser o objetivo do País? Ter a carga que acha necessário com as menores alíquotas possíveis, com maior formalização, com maior crescimento econômico. E, felizmente, essa é a tendência recente da arrecadação tributária. Por exemplo, a formalização de emprego na Previdência tem permitido que o déficit da Previdência venha caindo. Então, este é o objetivo, com que temos de prosseguir. Na minha opinião, um caminho correto que já vem sendo trilhado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Secretário.

Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Teríamos alguns enfoques muito importantes aqui, porque o que é desejável é que as contas brasileiras estejam sadias e que apontem para uma melhora cada vez mais significativa.

A máquina arrecadadora tem sido bastante eficiente, e daí o nosso crescimento. Com esse crescimento do PIB, também, logicamente, a receita vai aumentando. As contas, logicamente, os números macroeconômicos brasileiros são extraordinários. Dívida caindo, reservas crescendo — está ótimo. Mas há algumas questões que têm preocupado não só a nós, Parlamentares, mas os próprios analistas, que têm apontado isso. Primeiro, a questão do gasto do Governo — porque às vezes cresce 3,5 num trimestre, mas gasta-se 3,8. A média de gasto está subindo muito. Sabemos que precisamos subir na medida em que mais serviços são oferecidos, mas há um limite que precisa ser observado. Se isso não for observado, teremos, logicamente, problemas lá na frente. Segundo, com essa perspectiva de crescimento que queremos, em torno de 5%, também os analistas têm afirmado que o percentual de investimento nosso na ordem de 18% ainda é aquém do desejável para um crescimento de 5%, que seria na ordem de 21% a 22%. Isso significa, necessariamente, uma pressão inflacionária.

Essas 2 questões vão necessariamente impactar, ao final, sobre o que vamos gastar.

Para encerrar — e aí não seria o senhor, mas como começou a ser tratada essa questão —, o que o Governo está pensando sobre essa questão, que já está sendo para muitos países uma prática... Tem havido até um certo descontrole. O mundo começa a se preocupar em como controlar a questão dos fundos soberanos. Agora, por exemplo, tivemos alta 0,5% de SELIC. O câmbio está caindo e vai cair mais, porque, logicamente, com a economia da forma como está, 0,5% a mais no juro significa realmente uma boa notícia para aqueles que aqui vêm especular, que vêm investir aqui. E isso, necessariamente, vai elevar a dívida. Portanto, sobe também a nossa dívida SELIC.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Fecho a minha intervenção, dizendo que — aí talvez fosse a questão do Orçamento, principalmente — a idéia dessa reforma tributária é impacto zero. Ela trabalha na linha da simplificação, na linha de impedir sonegação, mas todos nós sabemos que ele tende, logicamente, a um crescimento. Essa é a expectativa do Governo, porque na medida em que você muda de destino para origem você inibe sonegação. E esse crescimento previsto nessa reforma tributária... Não sei se isso é confessável, mas nós temos que ter como confessar alguma expectativa. Ou será que vamos continuar fazendo o mesmo discurso de que o impacto vai ser zero?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Com a palavra o Secretário.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Vou tentar responder rapidamente, e vou começar pela última pergunta.

Nesse caso, Deputado, não se trata de projeção, não se trata de declaração. O texto da reforma proíbe isso. Foi proposto um artigo na reforma que diz que, se na mudança de regime houver aumento de carga, ela tem de ser reduzida. Então, o texto da Constituição, nos termos do projeto enviado pelo Governo, proíbe aumento de carga. Ele possui um gatilho no sentido de que não haja, na mudança de sistema...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Secretário, acho que não me fez entender. Ele é positivo porque implicar necessariamente uma redução da carga tributária ou de outros benefícios nesse sentido? A questão é se nós temos como imaginar ou dizer quanto se espera disso, ou não.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Mas é a isso que estou tentando responder, Deputado. Veja bem. O sistema será mais eficiente na medida em que termine a guerra fiscal e tal. E o que é carga? É o total que vai ser arrecadado em relação ao PIB. Se houver aumento de carga com a mudança de sistema...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Aumento não deverá haver, porque a previsão é de que não haja. Estou falando de aumento de receita.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Mas é isso que estou... Carga é a receita sobre o PIB. Certo?

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sim.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Há um artigo na reforma proposto pelo Governo impedindo que, na mudança de sistema, haja aumento de carga. Então, dessa vez, não é uma declaração; é um texto constitucional. Portanto, terá de ser cumprido, se aprovado evidentemente pelo Congresso Nacional.

Assim, não é apenas o fato de o Governo estar dizendo que não vai haver. O Governo escreveu na Constituição que não pode haver, o que é diferente. Há uma segurança muito grande; portanto, não haverá aumento de carga nesse processo. É uma norma constitucional. Consta da proposta, Deputado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Tenho certeza disso. Isso já está claro para mim. Mas não foi essa a pergunta, é só isso. É que a expectativa é de que não vai aumentar a carga, mas vai aumentar a receita. É isso que quero saber, ou seja, se foi calculado quanto vai... e se é confessável ou não. Estou vendo o negócio disparar.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - O conceito de carga é receita sobre PIB. O conceito de carga é nesse sentido.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Eu não falei carga.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Perfeito, Deputado. Mas, de qualquer forma, não é intenção do Governo. E entendo eu que, inclusive, está expresso na Constituição nesse sentido.

A segunda questão que o Deputado levantou é sobre os gastos e alguma coisa sobre os fundos.

Os gastos públicos têm de ser analisados, na minha opinião, da seguinte maneira. O que está aumentando? O que está aumentando é investimento. Sim, Deputado! O maior aumento que houve em 2007 foi em investimentos. Isso é uma evolução positiva em termos de despesa pública. Consta dos números que apresentamos e da análise do Orçamento. O investimento feito pelo Governo Federal vem crescendo sistematicamente ano a ano. Isso, na nossa opinião, é bem-vindo, é positivo. Além disso, o total das despesas tem de ser ponderado de tal forma que não haja aumentos em despesas de custeio, particularmente em despesas de custeio administrativo; e isso deve ser diminuído.

Nesse sentido, entendo que a redução do déficit da Previdência é um elemento fundamental em termos de evolução das contas públicas. As despesas de custeio administrativo vêm diminuindo, e há programas de investimento na área social que significam estímulo ao crescimento e estímulo à formalização. Por isso o resultado da Previdência também está melhor. E, aos poucos, a diminuição da pobreza, a diminuição da necessidade de investimentos sociais tão fortes, inclusive, também significarão uma evolução positiva das contas públicas.

Mas esse é um debate no qual cada um poderá dar sua opinião e fazer sua avaliação, inclusive sobre como está indo. Nós respeitamos as opiniões e achamos que desse debate deve sair a melhor síntese para o País. Na nossa visão, tem havido crescimento forte de investimento — e isto é positivo; têm melhorado as despesas de custeio e, em especial, o seu perfil, e isso depois de muitos anos de crescimento sistemático do déficit da Previdência em relação ao PIB. Em 2007, tivemos redução do déficit da Previdência em relação ao PIB; e cogitamos para 2008 uma redução maior ainda.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, enxergo que a evolução das contas públicas, em termos de tendência, é positiva. Esta é a minha visão. Evidentemente, há um debate sobre o assunto em que há várias opiniões, as quais respeitamos.

Por último, o fundo soberano. Trata-se de questão pertinente. Vários países têm feito isso. É uma discussão. O próprio Governo vem discutindo o assunto. Creio que já abordei o assunto na pergunta anterior, mas acho que é uma discussão decorrente de eventos positivos que ocorreram no País, particularmente, no nível de reservas, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a presença ao último inscrito, Sr. Deputado Cláudio Diaz, a quem concederei a palavra.

Quero lembrar que temos *quorum* para deliberar. Há pauta muito grande a ser lida na outra sessão extraordinária que convocaremos a seguir.

Então, está com a palavra do Deputado Claudio Diaz. Depois, daremos praticamente por encerrada, concluída, após a resposta do Secretário, esta primeira audiência da Comissão.

Por favor, Deputado Claudio Diaz. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO DIAZ - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Mendes.

Saúdo o Secretário Arno Augustin.

Sr. Secretário, o Ano 2007 foi atípico, em se tratando de cálculos das metas do setor público.

Dentre tantas variáveis, podemos destacar a mudança de metodologia do cálculo do PIB pelo IBGE. O aporte de recursos contemplados pelo projeto piloto de investimentos, o PPI, e a consolidação do aumento da arrecadação... Inclusive, foi dito por V.Sa. que isso é fruto de um ciclo virtuoso por parte do Governo.

Na questão do PIB, o novo cálculo eleva seus valores nominais.

Quero fazer um questionamento a V.Exa. Diante da combinação desses cenários, gostaria de perguntar o seguinte. A Secretaria do Tesouro Nacional possui atualmente demandas por parte de órgãos do Executivo, ou estudo no plano interno, para nova combinação desses fatores no sentido de serem revistas para baixo as metas fiscais do Governo para os anos seguintes e no médio e longo prazo, principalmente as do resultado primário de seus atuais 2,81 pontos verificados em 2007?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN - Sr. Deputado Cláudio Diaz, temos uma equação de primário, que, na nossa opinião, é bem-sucedida. O País optou por ter resultados primários, e fixou determinado patamar vinculado ao Produto Interno Bruto. Esse patamar tem-se traduzido em redução do déficit nominal e principalmente de uma relação dívida/Produto Interno Bruto declinante.

Momentos como os que temos hoje, de turbulência internacional, comprovam que essa estratégia é correta. O Brasil tem fundamentos muitos fortes, tem um primário muito forte. e isso está permitindo redução importante na relação dívida/Produto Interno Bruto.

A redução da relação dívida/Produto Interno Bruto é uma conquista do presente para o futuro. Ou seja, estamos querendo um país com reservas e com dívida menor. Isso, evidentemente, significa perspectiva de médio e longo prazo muito importante.

O investimento internacional e o próprio investimento nacional cria esse ciclo; ou seja, o País tem todas as condições de continuar crescendo. Portanto, não estamos trabalhando com mudanças nessa equação, não estamos propondo aumento do primário, não estamos propondo redução do primário.

A LDO de 2009 veio exatamente com os percentuais de 2008. Essa vem sendo a política do Governo. De qualquer forma, é uma decisão não apenas do Governo, do Executivo; o Congresso Nacional avalia isso na LDO. Aliás, a LDO acabou de chegar aqui para avaliação do Congresso Nacional. Nós apresentamos, para 2009, o primário de 3,8 pontos, como o foi para 2008. Este é nosso posicionamento. Entendemos que ele está ajustado; ou seja, permite a redução da relação dívida/Produto Interno Bruto, permite a redução do nominal e permite também que o País aumente os investimentos. Enfim, permite que ocorra um conjunto de programas fundamentais para o País.

Esta é a nossa avaliação. Evidentemente, que respeitamos as outras. O próprio Congresso Nacional discute, avalia e vota isso. O primário, vamos dizer assim, na ponderação correta. Essa é a posição que o Governo está apresentando ao Congresso para avaliar em 2009 qual o primário a ser definido na LDO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não havendo mais inscritos, agradeço ao Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Augustin, ao Secretário-Adjunto, Sr. Cleber Oliveira, ao Secretário-Adjunto, Sr. George Soares, aos demais Assessores da Secretaria do Tesouro Nacional, e aos Parlamentares pela presença.

Antes de declarar encerrados os trabalhos, informo a todos que logo após o final desta reunião será realizada reunião extraordinária para apreciação de relatórios à medida provisória e material de expediente.

Está encerrada a sessão.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização